



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 17/XIV/1.^a SL

Aos 5 dias do mês de março de 2020, reuniu, pelas 14 horas, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, na sala quatro do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Apreciação e votação do Parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 186/XIV/1^a (PSD) - "2.^a Alteração ao regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, aprovado pela Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, adequando a composição da Comissão de Acesso dos Documentos Administrativos ao novo regime de incompatibilidades previsto no Estatuto dos Deputados" – Deputada Relatora – Isabel Oneto (PS);**
- 2 - Apreciação e votação do Parecer relativo aos Projetos de Lei n.ºs 30/XIV/1^a (CDSPP) - "Regulamenta a atividade de representação profissional de interesses ("LOBBYING")", 73/XIV/1^a (PSD) - "Regulamentação do lobbying" e 181/XIV/1^a (PAN) - "Regulamenta a atividade de lobbying e procede à criação de um Registo de Transparência e de um Mecanismo de Pegada Legislativa (procede à primeira alteração à Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro, e à décima quarta alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de março)" – Deputado Relator – José Magalhães (PS);**
- 3 - Apreciação e votação de Pareceres sobre levantamento de imunidade;**
- 4 – Apreciação e votação de Parecer sobre pedido de elementos**
- 5 – Aprovação de atas;**
- 6 - Complemento ao Relatório do Grupo de Trabalho - Registo de Interesses**
- 7 - Diversos.**

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Jorge Lacão (PS) iniciou a reunião informando que se todos estivessem de acordo, visto tratar-se de matéria reservada, os pontos 3 e 4 da OD ficariam para o fim da reunião.

Relativamente ao ponto 1 o Senhor Presidente, antes de dar a palavra aos Senhores Deputados para a apreciação e votação do parecer, deu conta do ofício que o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves lhe enviou relativamente ao “*procedimento de emissão de parecer quanto ao exercício de mandato de Deputado à Assembleia da República e de membro da Comissão de Acessos aos Documentos administrativos (CADA)*”, tendo feito a cronologia de todo o processo. Recordou que foram aprovados em determinado momento dois pareceres, um por solicitação do Secretário-Geral da AR, e outro a solicitação da CADA; que independentemente das conclusões dos pareceres todos os Deputados tiveram oportunidade de se pronunciar; que os pareceres foram enviados ao PAR para eventual subida a Plenário; que o PSD contemporaneamente comunicou que iria apresentar uma iniciativa legislativa sobre o assunto; que entretanto o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves levantou a questão de que deveria ter sido ouvido



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 17/XIV/1.ª SL

previamente dado as consequências da interpretação legal no seu mandato na CADA; que após reunião de Mesa e Coordenadores foi comunicado ao Senhor Deputado que o parecer não se considerava nominativo mas de interpretação sobre disposições legais; e que, por fim, o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves não se conformou e pediu uma tomada de posição da CTED.

Seguiram-se a este propósito as intervenções da Senhora **Deputada Isabel Oneto (PS)** para ressaltar que já na última reunião tinha intervindo a propósito desta questão da audição prévia quando apresentou o seu parecer e que em sua opinião havendo um pedido de um Deputado que a Comissão se deveria pronunciar; o Senhor **Deputado André Coelho Lima (PSD)** para recordar que os pareceres em causa sobre entidades reguladoras são dois e que nunca tiveram em vista quem quer que seja que estivesse na posição que os pareceres visavam, que havendo um requerimento concordava com a posição da Deputada Isabel Oneto, reiterando que não cedendo no facto de que não havia neste processo qualquer incidência nominativa estava disponível para a discussão do requerimento; o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) para reiterar a posição do BE de que o parecer colocado em causa nesta discussão não se referia a um caso em concreto mas a uma apreciação genérica decorrente da aplicação das alterações legislativas ao regime de incompatibilidades.

Finda esta primeira parte da discussão do requerimento do Deputado Pedro Delgado Alves, o Senhor Presidente colocou a votação a alínea a) do requerimento, ou seja, uma **ratificação** da decisão tomada na última reunião de Mesa e Coordenadores, decisão essa **aprovada** com votos a favor de todos os Deputados presentes, com a exceção do voto contra da Senhora Deputada Isabel Oneto (PS). Foi assim aprovada a ratificação da decisão mantendo-se o já anteriormente aprovado.

O Senhor Presidente colocou então em discussão a alínea b) do requerimento do Deputado Pedro Delgado Alves, fazendo um ponto de ordem para recordar que relativamente a esta matéria havia um “*gentleman agreement*” em que se sobrestava à subida do parecer a Plenário até ser discutido e apreciado em reunião plenária o Projeto de Lei n.º 186/XIV do PSD.

Usou em seguida da palavra a Senhora **Deputada Isabel Oneto (PS)** para ressaltar que não tinha sentido tornar a discutir o problema, reabrindo o debate, visto que se mantinha o sentido do parecer.

O Senhor **Deputado João Oliveira (PCP)** começou por afirmar que não descortinava qual o efeito útil que o Deputado Pedro Delgado Alves pretendia com este requerimento, a partir do momento em que se tinha ratificado a resposta que se lhe tinha enviado. Mas a dar-se seguimento ao pretendido na alínea b) do requerimento então já lhe parecia que o Deputado Pedro Delgado Alves teria atingido o objetivo de ser ouvido previamente uma vez que de acordo com as regras da comissão a ser elaborado um parecer teria de haver



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 17/XIV/1.ª SL

lugar a audição prévia do visado. Disse ainda que não concordava com a posição da Deputada Isabel Oneto.

O Senhor **Deputado André Coelho Lima (PSD)** na sequência da observação do Senhor Presidente disse que se ia referir ao *gentleman agreement* e ressaltou que a pronúncia inicial do Deputado Pedro Delgado Alves sobre esta matéria tinha sido tida em conta na elaboração do parecer sobre a CADA. E de que vindo a ser aprovado o PJI n.º 186/XIV se tornava inútil que os pareceres da CTED subissem a Plenário.

A Senhora **Deputada Isabel Oneto (PS)** tornou a usar da palavra para dizer que concordava com a posição do Deputado André Coelho Lima, mas que entendia em todo o caso que o Deputado Pedro Delgado Alves deveria ser ouvido. Contudo, reconhecia que a Comissão registava a posição do Senhor Deputado e tendo sido reiterada a comunicação da CTED ao mesmo o assunto estava resolvido.

O Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** sublinhou que como disse o Senhor Presidente havia um “*gentlewoman agreement*” e que era necessário decidir se o mesmo se mantinha ou não visto implicar a eventual subida a Plenário dos pareceres da CTED.

O Senhor **Deputado José Magalhães (PS)** usou da palavra para questionar o plenário da comissão sobre a possibilidade de se vir a revogar a posição da CTED, ou a aprovar um novo parecer, concluindo que lhe parecia pelas posições já expressas que tal não viria a acontecer.

O Senhor **Deputado André Coelho Lima (PSD)** tornou a usar da palavra para dizer que se estava perante dois pedidos alternativos no requerimento em apreciação e não cumulativos. E que tendo sido decidida a alínea a) não era necessário passar à alínea b).

O **Senhor Presidente** apelou para a concisão dos Senhores Deputados e para a necessidade de se avançar e concluir a discussão.

O Senhor **Deputado João Oliveira (PCP)** tornou a usar da palavra para dizer que tendia a concordar com o Senhor Presidente e que lhe parecia que toda a discussão tida até então revelava uma total falta de razoabilidade da mesma.

O **Senhor Presidente** tornou a fazer um ponto de ordem recordando a cronologia de todo o processo.

O Senhor **Deputado André Coelho Lima (PSD)** disse que se deveria passar à votação da alínea b) do requerimento.

A Senhora **Deputada Isabel Oneto (PS)** reiterou que o facto de um Deputado ter feito um requerimento não conduz à obrigatoriedade de se lhe dar razão. Mantém-se o parecer anterior e o processo segue os termos indicados.

O Senhor **Deputado João Oliveira (PCP)** tendo que se ausentar informou que apesar da fraca convicção o PCP acompanhava a decisão que a CTED viesse a tomar.

Em relação ao requerido no ponto b) a CTED votou por unanimidade dos presentes pela rejeição do requerimento apresentado a título subsidiário, tendo convalidado o



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 17/XIV/1.ª SL

entendimento de que a clarificação definitiva do assunto deve prosseguir em sede legislativa.

Seguiu-se então a discussão Parecer elaborado pela Senhora **Deputada Isabel Oneto (PS)** relativo ao Projeto de Lei n.º 186/XIV (PSD), que começou por referir que já tinha feito a apresentação do seu relatório na reunião anterior da Comissão, pelo que se os presentes a dispensassem de nova apresentação, resumia a mesma dizendo que a iniciativa em causa vem dar resposta à nova legislação aprovada em sede de alterações ao Estatuto dos Deputados e que estava em condições de subir a Plenário; considerou ser de retirar a matéria relativa ao requerimento do Senhor Deputado, discutido no ponto anterior por o mesmo se encontrar sanado.

O Senhor **Deputado André Coelho Lima (PSD)** disse concordar com o parecer e agradeceu a sua elaboração, solicitando à Senhora Deputada Relatora a eventual alteração de algumas partes do mesmo para que tal possibilitasse o voto favorável por parte do PSD. Sugeriu então em retirar dos considerandos a parte final dos Considerandos e, I.I. onde se descreve o processo de elaboração do parecer da CADA acabado de discutir; na parte relativa à Opinião da Relatora retirar o segundo parágrafo; manifestou-se também no sentido de serem retiradas as referências ao requerimento que a Senhora Deputada referiu.

A Senhora **Deputada Isabel Oneto (PS)** aceitou as sugestões referindo que apesar das referências ao Deputado visado tinha elaborado o parecer antes do requerimento que se tinha estado a apreciar.

Submetido à votação o parecer foi **aprovado por unanimidade** dos Deputados presentes no momento da votação.

No ponto 2 da OD o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor **Deputado José Magalhães (PS)** que apresentou sumariamente o Parecer e expressou a sua opinião pessoal além da análise factual da iniciativa.

Seguiu-se a intervenção do Senhor **Deputado André Coelho Lima (PSD)** que disse concordar com o teor geral do parecer mas que contudo sugeria algumas alterações que foram tidas em conta pelo Deputado relator e que se prendiam com a precisão do número de deputados do PSD que apresentaram o PJI 73/XIV e a posição expressa no veto do PR às iniciativas sobre o lobbying na anterior legislatura.

A seguir usou da palavra o Senhor **Deputado André Silva (PAN)** que agradeceu o parecer e fez um comentário relativo à opinião pessoal do relator, pedindo que as observações ficassem registadas em ata, começando por criticar a expressão “os muitos meses de debate” dizendo que nos trabalhos da CERTEFP (XIII Legislatura) o tema do lobby só havia sido discutido em sete reuniões num conjunto de 64 e que nessas sete, três



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 17/XIV/1.ª SL

foram de votações e só quatro é que foram de discussão; que o veto do PR foi a 15 de julho de 2019 e que o decreto foi reapreciado quatro dias depois tendo o líder do PSD então criticado a falta de debate de um assunto tão importante.

O Senhor **Deputado Pedro Delgado Alves (PS)** usou da palavra para sublinhar que a única conferência realizada pela CERTEFP tinha sido sobre o Lobbying onde estiveram presentes especialistas sobre o tema e deputados europeus; que contrariamente ao que o Senhor Deputado André Silva disse foi o tema que teve mais discussão, não teve o mesmo grau de detalhe que outros (diplomas que foram alterados e deram origem ao anteprojeto de diploma sobre o exercício de funções públicas), mas teve um debate esclarecedor e abrangente.

Submetido à votação o parecer foi **aprovado por unanimidade** dos Deputados presentes no momento da votação.

O Senhor Presidente colocou à discussão o Ponto 6 - Complemento ao Relatório do Grupo de Trabalho - Registo de Interesses, mas a Senhora Deputada Isabel Oneto (PS) solicitou o adiamento da sua discussão nos termos regimentais, o que foi aceite.

De seguida o Senhor Presidente colocou à votação as atas n. ^{os} 15 e 16, que foram **aprovadas por unanimidade**.

Seguiu-se a discussão dos pontos 4 e 5, que decorreram à porta fechada.

O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Deputada **Isabel Alves Moreira (PS)** para apresentar o Parecer relativo ao levantamento de imunidade do Senhor Deputado Jorge Salgueiro Mendes.

O parecer foi **aprovado por unanimidade**, encontrando-se ausentes o BE e o PCP.

De seguida passou-se à discussão do Parecer sobre o levantamento de imunidade da Senhora Deputada Hortense Martins. O mesmo foi apresentado pelo seu relator, **Deputado Artur Soveral de Andrade (PSD)**. Seguiu-se a discussão do mesmo, com intervenções do Senhor Presidente, da Senhora Deputada Isabel Oneto (PS) e dos Senhores Deputados André Coelho Lima (PSD) e Pedro Delgado Alves (PS).

No final da discussão do Senhor Presidente disse não estarem reunidas as condições para a votação do parecer por falta de quórum deliberativo. E que o mesmo se passava com a discussão e votação do parecer de elementos, pelo que sugeriu e foi aceite o seu adiamento.

Assim para a ordem do dia da próxima reunião passou a votação, sem discussão, do Parecer sobre levantamento de imunidade, elaborado pelo Senhor Deputado Artur



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 17/XIV/1.ª SL

Soveral de Andrade e a discussão e votação do Parecer sobre pedido de elementos, elaborado pelo Senhor Deputado Pedro Delgado Alves.

A próxima reunião ficou marcada para terça-feira, dia 10 de março, pelas 14H30.

Nada mais havendo a acrescentar, o Senhor Presidente agradeceu aos Senhores Deputados a sua presença e participação na reunião, que ficou registada em áudio. A reunião foi encerrada pelas 16 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 5 de março de 2020.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Jorge Lacão)



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 17/XIV/1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Constança Urbano De Sousa (PS)

Fernando Anastácio (PS)

Filipe Neto Brandão (PS)

Francisco Pereira Oliveira (PS)

Isabel Alves Moreira (PS)

Isabel Oneto (PS)

Jorge Lação (PS)

José Magalhães (PS)

Pedro Delgado Alves (PS)

Adão Silva (PSD)

André Coelho Lima (PSD)

Artur Soveral Andrade (PSD)

Catarina Rocha Ferreira (PSD)

Hugo Patrício Oliveira (PSD)

Márcia Passos (PSD)

Pedro Filipe Soares (BE)

João Oliveira (PCP)

João Pinho De Almeida (CDS-PP)

André Silva (PAN)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Paulo Correia (PS)

Paulo Rios De Oliveira (PSD)

Sara Madruga Da Costa (PSD)

José Manuel Pureza (BE)